

LEIA TAMBÉM

■ Insegurança alimentar
aumenta na Pandemia
PÁGINA 10

■ #8M ecoa resistência das
mulheres trabalhadoras
PÁGINA 8

Servidores Públicos
articulam

**GREVE
GERAL**

PÁGINA 6

A luta nos chama!

Eis que chega março! Trabalhamos muito neste último período em condições excepcionais, nas quais a atividade docente foi submetida a um crescente grau de precarização e intensificação. A Pandemia de COVID-19 deixa muitas consequências para a Educação Superior Pública que já está sob ataque – aos que se somam os ataques diretos à categoria docente e aos demais servidores públicos.

Após quase dois anos de pandemia, a Organização Mundial da Saúde alerta que estamos longe de considerar que ela acabou, e que a gravidade da crise sanitária causada pelo coronavírus no mundo inteiro ainda trará efeitos não calculados.

Por certo que precisamos superar a fase de ensino remoto. É na interação presencial que se aprofundam debates, afloram posições distintas e se constroem novos saberes a partir do diálogo precioso que é o proces-

so de ensinar e aprender. É lá que queremos estar!

Entretanto, a UFPEL retoma as atividades presenciais sem que tenham sido tomadas efetivas medidas de proteção à vida de trabalhadoras e trabalhadores da educação, dos estudantes, da mesma forma como se observa nos demais níveis educacionais no município, no estado e no país.

Ainda antes da pandemia já vivíamos processos de precarização que se agudizaram nos dois últimos anos. No âmbito das Instituições de Ensino Superior, docentes já lidavam com os brutais cortes nos orçamentos das Universidades e Institutos Federais, com a inserção de recursos privados através do Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação, com a desestruturação de suas carreiras e a crescente retirada de direitos. Na pandemia, docentes passaram a ser responsáveis pela infraestrutura mínima para as atividades remotas,

arcando com custos de equipamentos de informática, ergonomia e outros, sem considerar o aumento brutal de carga horária de trabalho.

Não bastasse isso, o Governo Bolsonaro abre fogo contra os serviços e servidores públicos, divulgando informações mentirosas sobre gasto abusivo com essa categoria – servidores públicos – em especial, docentes, atribuindo-lhes a responsabilidade pela crise sócio-política e econômica vivida no país.

Bem sabemos que nunca foi fácil. Nada nos é concedido pela mão bondosa de governantes numa sociedade capitalista, onde o lucro fala mais alto que a vida das pessoas e, nesse sentido, novamente vivemos a necessidade de ir às ruas e erguer nossas vozes, gritar, transgredir.

Após o trauma do distanciamento, urge que cada um possa se entender como construtor dessa instituição pública por excelência. Precisamos resgatar o propósi-

to dos percursos formativos que defendemos, da importância das equipes em torno dos programas de ensino, pesquisa e extensão, com responsabilidade social, a necessidade de garantias de acesso e permanência entre outros, e a relevância da junção desses elementos todos para a formação crítica de uma sociedade mais justa e fraterna.

É imperioso aprofundar de forma unificada a luta das categorias contra os ataques nas três esferas - federal, estadual e municipal - apontando para a construção da greve dos SPÉ, considerando a nossa luta contra o desmonte do estado, a precarização e arrocho salarial no ano de 2022 envolvendo os serviços e o conjunto dos servidores públicos. Sabemos que desafios gigantes se avizinham, mas que somente com a união das categorias podemos alentar o sonho de manter viva a educação pública gratuita e de qualidade.

MURAL

Atendimento ADUFPEL

Em função da pandemia, permanece suspenso o atendimento presencial da ADUFPEL. Fale conosco virtualmente, das 8h às 12h e das 14h às 18h, via e-mail ou telefone/WhatsApp.

E-mails:
secretaria@adufpel.org.br
andrea@adufpel.org.br
rafael@adufpel.org.br

Telefones:
(53) 98405-3726 - Ivanir
(53) 98448-5862 - Andréa
(53) 98100-6092 - Rafael

Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPEL - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPEL) . Tiragem: Digital (excepcionalmente durante a pandemia de COVID-19)

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Andriolli Costa (MTB 896/MS) - Diagramação: Andriolli Costa. Capa: Andriolli Costa.
adufpel.org.br

Presidenta: Regiana Blank Wille
Primeiro Vice-Presidente: Luiz Henrique Schuch
Segunda Vice-Presidente: Valdelaine da Rosa Mendes
Secretária Geral: Celeste dos Santos Pereira
Primeira Secretária: Elaine da Silva Neves
Segundo Secretário: Diogo Franco Rios
Primeiro Tesoureiro: Henrique Andrade Furtado de Mendonça
Segunda Tesoureira: Beatriz Fanchini
Terceiro Tesoureiro: Júlio César Emboava Spanó

Contato: secretaria@adufpel.org.br / (53) 98405-3726
Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br
Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . Cep: 96015-190 .

ATENDIMENTO EXTERNO: suspenso durante pandemia de COVID-19. Procure a ADUFPEL-SSind por meios digitais das 8h às 12h e das 14h às 18h.



Nova sede da ADUFPeI se torna realidade



Em pouco tempo, docentes da UFPel e do IFSul-CAVG terão um novo espaço para a promoção de debates e encontros sobre os interesses da categoria. A obra da nova sede da ADUFPeI, iniciada em dezembro de 2019, foi finalizada no dia 24 de janeiro de 2022. Com a entrega, o prédio de mil metros quadrados, localizado na rua 15 de Novembro, nº 110, em breve poderá se tornar o espaço agregador das ações da Seção Sindical, assim que todos os acabamentos estiverem prontos.

A conclusão foi celebrada em uma cerimônia simples, na qual estiveram presentes engenheiros, arquitetos, trabalhadores, ex e atuais diretores da Seção Sindical, que contribuíram para a construção da sede. Todos foram lembrados no agradecimento feito pela presidenta da ADUFPeI, Regiana Wille.

“É uma alegria chegar neste momento, de consumação de um projeto que foi feito coletivamente”, reforçou. O momento também foi marcado pela entrega de presentes aos trabalhadores da obra, em agradecimento pela dedicação ao projeto.

“Estamos sempre do lado da luta desses servidores, em

um projeto educacional e científico. A ADUFPeI é um patrimônio e uma ferramenta, que nos seus quase 43 anos tem representado a categoria e defendido condições adequadas para o trabalho acadêmico, jamais separando ensino, pesquisa e extensão. Essa sede demonstra isso, a nossa coletividade e o nosso interesse pelo bom desempenho do trabalho acadêmico, e também para que possamos fortalecer as nossas lutas, que não são poucas”, salientou.

O arquiteto Fábio Caetano também aproveitou o momento para agradecer a todos e todas que fizeram a nova sede tornar-se realidade. Caetano foi convidado pela ADUFPeI para participar de todas as etapas, da preparação do edital para o concurso, à formação de equipes junto aos integrantes da comissão técnica e à coordenação da comissão julgadora.

Em sua fala, Caetano dedicou o sucesso da obra à contratação da equipe vencedora do concurso para o acompanhamento do processo e destacou a importância da realização do concurso. “Nós tivemos uma equipe muito boa participando e

seis projetos que chegaram à fase final do concurso. Isso é bem importante porque acompanhamos essa questão dos concursos no Brasil e ficamos muito interessados porque o concurso é uma forma democrática de realização. Além de ser democrático, ele visa a escolha do melhor projeto e foi isso que conseguimos aqui”.

O processo

A construção da nova sede da ADUFPeI-SSind é fruto de um longo caminho percorrido coletivamente, que passou por diversas diretorias. Todas as discussões e estudos culminaram na aquisição do novo terreno, na região do Porto, e na realização de um concurso em 2015 para escolha da nova sede, que teve como vencedora a Desterro Arquitetos, de Florianópolis (SC). O contrato para a construção foi assinado em 4 de dezembro de 2019, e tinha previsão para ser concluído ao longo de 12 meses. Prazo que foi tensionado devido à Covid-19.

O professor aposentado e também ex-diretor da ADUFPeI, Avelino Oliveira, que acompanha a obra desde o início, partilhou da satisfa-

ção em ter sido convidado pela atual diretoria a continuar na encarregatura da nova sede. Ele descreve este como mais um passo importante na trajetória da Seção Sindical, que permitirá uma série de ações agregadoras.

“Nesse local teremos um auditório excelente que podemos usar, quebrando a dependência de órgãos externos. O auditório está planejado para se integrar com a sede e com a rua, permitindo que a própria rua 15 de novembro seja de certa forma uma extensão do prédio”, sugere o professor, vislumbrando a realização de assembleias e ações mobilizadoras dos manifestantes nas ruas.

Além disso, Oliveira frisou que a nova sede terá espaços para confraternização, para uma conversa ao final da tarde, pois, segundo ele, “a luta sindical também se faz nesses momentos de lazer e de congregação dos sindicalizados. “Afim, nós realizamos a luta muito melhor com companheiros que nós também travamos relações de amizade e de convivência diária. É o estreitamento desses vínculos que nos faz propriamente militantes”.



Companhia teatral evidencia mulheres negras como protagonistas

O teatro é uma forma de manifestação integrada às estruturas da sociedade. Assim como a economia e a política, ele é o retrato do contexto social no qual se manifesta, reproduzindo valores, modo de vida e saberes de cada período histórico. Interligado a essas estruturas, em uma sociedade racista, como a brasileira, em que negros geralmente ocupam lugares de menor prestígio, são segregados pelo subemprego, pela violência e diversos outros fatores, o teatro reflete o que somos.

Isso ajuda a compreender a forma como negros e negras têm sido representados em produções ao longo dos séculos. Desde as apresentações e danças dramáticas de escravos vindos da África, passando pela segunda metade do século XVIII e início

do século XIX, onde os atores eram predominantemente de negros escravos ou libertos, que interpretavam personagens brancos e tinham seus corpos pintados, hoje, os e as artistas pretos e pretas buscam quebrar essa barreira, principalmente as mulheres.

Após anos sendo tratadas de maneira estereotipada e estigmatizada em produções teatrais, de teledramaturgia e cinematográficas, que, por muito tempo foram restritas a um olhar racista e sexista, tendo seus corpos reduzidos à objetivos de sexualização ou subalternidade, uma nova geração de mulhe-

res negras vem para transformar.

Elas, que por muito tempo foram silenciadas ou tiveram suas histórias contadas por outras pessoas, empenham-se em mudar este cenário e mostrar que o lugar da mulher negra é em todos os espaços, como protagonistas de sua própria narrativa, gerando oportunidades para futuras gerações e unindo a luta antirracista à produção

cultural.

Filhas de Tereza

Esse contexto foi o ponto de partida para a criação, em Pelotas, da Companhia Teatral Filhas de Tereza, funda-

da em 2016. Questões como racismo, machismo e lesbofobia - realidade vivenciada cotidianamente por seus membros e fundadores, Ingrid Duarte e seu colega da faculdade, Mineiro (Everton Lima) - foram responsáveis por abrir a porta para a discussão desses temas no teatro.

Conforme conta Ingrid, mulher negra, lésbica, atriz, diretora, dramaturga, arte-educadora, poeta, contadora de histórias e palhaça, formada em Teatro-Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), a ideia de fundar uma companhia começou a ser desenhada em 2015, quando, ao escrever um texto, deu-se por conta que não se encaixava nos demais grupos teatrais da cidade, por conta dos estigmas e dos estereótipos que refor-

Elas, que por muito tempo tiveram suas histórias contadas por outras pessoas, empenham-se em mudar este cenário

çam o racismo e o machismo e que também estão presentes no teatro.

O grupo formou-se a partir do encontro promovido pelo projeto de extensão de educação continuada da UFPel, Quilombo das Artes, que unia ainda arte e política, e, por cinco anos (2010 a 2014), se desenvolveu no bairro Navegantes destinado a jovens e crianças carentes, propondo a reflexão intensa sobre o uso adequado do tempo livre, sobre ética, direitos humanos, cidadania e arte.

Nele, Ingrid e Mineiro aprenderam a lecionar e a se reconhecerem, conforme explica a arte-educadora e dramaturga. “Ali, a gente conheceu uma gurizada que nos acompanhava desde o início, que é a Tati [Tatiana ‘Cuba’ Duarte] e a Andreza [Matos]. Então, quando a gente pensou em fazer um grupo, chamou elas. Não para serem alunas, mas para serem colegas de palco”. Ambas aceitaram e permanecem até hoje, juntamente à Ingrid Duarte e à Amanda Mariano.

Violência e corpos negros

Ao refletir sobre o que iriam desenvolver enquanto

companhia teatral, inicialmente tiveram a ideia de tratar sobre a temática do meio-ambiente, de cuidados com o lixo, muito por conta da situação vivenciada pelos moradores do Navegantes. Porém, o local que conseguiram para ensaiar estava localizado no centro da cidade e as integrantes teriam que fazer uma grande movimentação para deslocamento. Nesse caminho, sofreram racismo.

“Elas acabaram passando por algumas situações muito racistas, que gritaram, e a gente não conseguiu ensaiar e pensar no grupo porque teve que parar e conversar sobre o que tinha acontecido, porque isso atravessava a todas e quase virou terapia”.

Por isso, antes de produzir qualquer coisa relacionada ao teatro, o grupo se amparou e acolheu as suas dores. Naquele momento, não havia outra alternativa senão abordar, em seus textos e peças, o que havia acontecido. “A gente entende o teatro como esse espaço para a gente falar sobre coisas que nos atravessam e que atravessam toda a sociedade. E, em Pelotas, é muito forte essa história que ainda não é contada e que ainda é muito escondida. En-

tão, a gente pensou que teria que falar sobre isso. Nós éramos quatro pessoas negras, três mulheres e um homem”, relata.

Após pensar como colocar tudo isso em prática, Ingrid lembrou de um texto que havia escrito em 2015, no qual expressava-se sobre o quão “esquizofrênico é estar no corpo de uma mulher negra”. Uma das situações que a levaram a seguir essa direção, foi um episódio de racismo pelo qual ela passou ao frequentar uma loja usando chinelo e o segurança a perseguiu. “Você começa a se questionar e vira uma esquizofrenia quase, de pensar: Não, isso são coisas que eu inventei, são vozes. Isso não é real”, observa.

As suas experiências, somadas aos conflitos atravessados por todo o grupo e a violência sobre os seus corpos, virou fragmentos de texto. Foi quando iniciaram a se debruçar sobre a identidade, movimento e religiões afro-brasileiras. “A gente começou a se descobrir e foi um lugar muito potente, de se olhar e se reconhecer. Assim surgiu Fragmentos de Tereza da Silva, que foi um espetáculo que basicamente a gente gritava todas as coisas que

nos faziam calar”.

Ela, então, buscou desligar-se da referência Europeia de teatro, ensinada na faculdade, para falar sobre negritude sob a perspectiva da cultura brasileira. “Uma das grandes perguntas que eu sempre faço para as pessoas do teatro é que no Brasil nós temos tanta cultura, tanto atravessamento de cultura nos corpos, na fala e na dança, e quando pensamos em teatro, pensamos logo nos europeus. Temos uma riqueza e não estruturamos isso para nos dar embasamento para irmos para o palco”.

A Cia. Teatral Filhas de Tereza, de acordo com Ingrid, tornou-se o lugar onde ela se reconhece, se identifica e se fortalece. Desde então, o grupo tem reunido jovens atores e atrizes negros e negras, dando voz às suas histórias e as de seus antepassados, que muitas vezes as é negada. Nas peças, o grupo busca evidenciar o machismo, racismo, homofobia, lesbofobia, sexismo, entre outros temas, do ponto de vista do povo negro, que é atingido por essas questões de uma maneira bastante singular.





Créditos: ANDES-SN

Servidores sinalizam greve geral

Ataques à Universidade dão a tônica da mobilização

A demanda não é nova, mas a sinalização enfim se alinha. Sessões sindicais do ANDES-SN de todo o Brasil acenam positivamente para o indicativo de greve geral das servidoras e servidores públicos. No Rio Grande do Sul, todas as Seções Sindicais do ANDES-SN já aprovaram indicativo de Greve Unificada, e se articulam para a paralização coletiva no dia 16 de março. Na semana seguinte, dia 23, a deflagração será discutida a nível nacional.

Com os salários congelados desde 2017 e perdas salariais de mais de 10% somente em 2021, os SPF acumulam uma defasagem de 49,28% em seus vencimentos. A demanda acordada, entretanto, é lutar por 19,99% de recomposição - referentes aos índices inflacionários do governo Bolsonaro.

Os servidores também pedem a revogação da Emenda Constitucional (EC) 95 - do Teto dos Gastos, que congelou o teto dos gastos públicos por 20 anos, e lutam contra a aprovação da PEC 32; eco da pauta que marcou o retorno às grandes manifestações presenciais dos trabalhadores do setor em 2021.

Em entrevista ao podcast *Viração*, da ADUFPel, Amauri Fragoso de Medeiros, da diretoria do ANDES-SN e coordenador do Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical, refletiu sobre a importância da greve enquanto instrumento de lutas. Para ele, todo sindicato deve ter a greve como um horizonte de possibilidades. Uma disposição que se perdeu durante o governo Lula e que, agora, a categoria precisa recuperar.

"A greve já está atrasada,

a meu ver. A Universidade vem sendo amplamente atacada nos últimos anos. Só que uma greve não se faz sozinho e nem por decreto, e sim por um processo de construção. E agora o coletivo responde nesta direção".

Um dos motivos que uniu os servidores foi a indignação. No fim do ano passado, o governo reservou R\$ 1,7 bilhões para reajuste salarial de policiais federais, policiais rodoviários federais e agentes penitenciários. Os fins eleitores da medida, fortalecendo sua base, é evidente.

Para as demais categorias, entretanto, Bolsonaro pediu "compreensão". A pauta nacional de reivindicações dos SPF foi protocolada pelo Fonasefe no dia 18 de janeiro, no Ministério da Economia. Desde então, são mais de 50 dias de silêncio.

Desafios na Universidade

Outra das dificuldades em debate para a deflagração da greve está justamente ligada ao ensino remoto. "O que significa entrar em greve neste momento? É não ligar o computador?", questiona Amauri. Entender o que fazer e como se portar diante dessa nova realidade foi um processo construído.

A própria desagregação do coletivo, proporcionada por dois anos de atividades apenas online, cumpriram seu papel. Nesse sentido, o retorno presencial - ainda que incerto e inadequado - colaborou para alinhar as movimentações.

Com a retomada das aulas, a questão que passou a inquietar os educadores foi a de entender que universidade é esta para a qual se está retornando. Uma universidade precarizada, que

flerta com o ensino híbrido e que ao longo dos dois anos de pandemia mal-conseguiu manter sua infra-estrutura funcional.

"Na minha instituição, a Federal de Campina Grande, o teto do ginásio esportivo desabou em 2021. A ponte que liga um bloco ao outro em 2020...

". Outras universidades experienciam situações semelhantes. Na UFRJ, para trazer outro exemplo, o vice-reitor Carlos Rocha alertou sobre os riscos de incêndio de um dos prédios que, sem verba não poderá ser mitigado. Não se trata de uma mera suposição: em 2016, o oitavo andar de um dos prédios foi destruído pelas chamas e até hoje parte da estrutura está isolada. Em abril do ano passado, parte do segundo andar também foi tomada pelo fogo.

"Precisamos entender que este é um projeto", reflete Amauri. "Bolsonaro faz as universidades, em média, trabalharem com o orçamento de 2009. Isso abre espaço para o discurso de que a solução é a iniciativa privada".

Pelotas

A UFPel retornou as aulas no dia 07 de março.

Conforme a instituição, o retorno é híbrido - com disciplinas teóricas online e práticas presenciais. A partir de agosto, entretanto, todas as disciplinas retornam ao modelo presencial.

Sem instruções institucionais de como se proceder, a prevalência do individual em relação ao coletivo toma conta. Há relatos de professores que levam seus próprios notebooks para atender ao mesmo tempo alunos no presencial e online. Ou-

tros persistem disponibilizando a gravação das aulas para acompanhamento assíncrono - gerando um clima entre os alunos de que os docentes que não acreditam nessa forma de ensino estão agindo contra eles.

Durante reunião do Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE) da ADUFPel, realizada em 09 de março deste ano, a professora Valdelaine Mendes compartilhou uma insatisfação que atravessa tanto docentes quanto alunos. Para ela, o segundo semestre de 2021 foi o pior em termos de aprendizado - e os estudantes, em sua própria perspectiva, manifestam a mesma impressão.

"A obrigação de gravar as aulas, deixando espaço para um acompanhamento assíncrono, desobrigou os alunos a acompanharem. Eles assumiam outras agendas, iam trabalhar, fazer outras coisas...", recorda. "Como resultado, o que tínhamos não era uma aula em um formato remoto, era outra coisa. A ausência de participação e de

envolvimento foi mais intensa no último semestre, afetando ainda mais a formação que, durante a pandemia, já ficou tão precária".

Com o indicativo de greve, muitos alunos manifestaram revolta - reivindicando seu desejo de se formar logo, passar por este momento. Amauri reconhece que a questão é delicada. Enquanto reivindicações individuais são mais do que válidas, mas há uma dimensão coletiva em jogo. Durante a pandemia vimos a importância do SUS, e quantas vidas foram salvas por conta das vacinas e da insistência em políticas de preservação da vida - à revelia do que o governo genocida vociferava. "SUS é ciência, e a ciência em nosso país está diretamente ligada às universidades, e especialmente as universidades públicas. Quando nos atacam, atacam a todos os brasileiros. É preciso deixar clara essa mensagem".

Com ou sem greve, a luta pela educação não para.



"Greve é instrumento histórico a qual todos sindicato deve poder recorrer"
- Amauri Fragozo,
ANDES-SN.



Créditos: ANDES-SN



#8M Pelotas

Movimento ecoa resistência das mulheres trabalhadoras

Em todo o Brasil, milhares de mulheres foram às ruas no 8 de março, o Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras. Elas, que são a maioria da força de trabalho na linha de frente do enfrentamento à Covid-19, também são as que encabeçaram as fileiras da violência nestes anos de pandemia. Entre o pesar pelos mortos e a luta pelo existir, construiu-se as bases deste encontro potente com o mote: "Pela vida das mulheres: Bolsonaro nunca mais! Por um Brasil sem machismo, racismo e fome!".

Em Pelotas a movimentação teve início ainda antes da data oficial, com um "esquenta" no domingo, 6, em que um dos atos mais simbólicos para o coletivo foi realizado: a construção da

bandeira. Ao longo da tarde, as mensagens e demandas tão plurais foram reunidas em um único bandeirão - costurado e bordado para representar a voz coletiva.

As palavras de ordem surgiam em profusão: "Bolsonaro genocida nunca mais! Nos queremos vivas"; "Nem pense em me matar!"; "Nem presa, nem morta". Outras mensagens também ecoavam: "Contra a fome e a carestia", "Quem não se movimenta não sente as correntes que prendem". Maneiras distintas de pedir o mesmo: respeito, dignidade, vida.

A marcha foi articulada por um coletivo composto por mulheres organizadas em entidades ou não - de sindicatos e ONGs a partidos políticos -, que buscam reivindicar direitos e denun-

ciar as violências sofridas. À frente da organização, Francisca de Jesus expõe: "somos uma frente feminista, anticapitalista e antirracista". Todas pautas que estiveram contempladas durante a marcha.

Reconhecimento

A caminhada teve início às 18h, mas ainda de tarde houve uma oficina de batucada que convidou as mulheres a aprenderem a usar os instrumentos de percussão - fazendo a população parar para participar. O próprio ato foi permeado por manifestações artísticas, dando a tônica da resistência.

Regiana Wille, presidente da ADUFPel e uma das integrantes do coletivo, relata que também haverá ações nos bairros da cidade. "Existem inúmeras mulheres que

não tem condição de se deslocar até o centro, e muitas vezes nem ficam sabendo da movimentação. Nós iremos até elas para levar mensagens de conscientização e luta pela vida destas mulheres", reforça..

Um elemento muito especial durante a marcha, como relata Francisca, foi o fato de que as manifestantes foram inteiramente acompanhadas por integrantes femininas da Brigada Militar.

"É uma demonstração de respeito e reconhecimento da força pública da importância de nossa reivindicação", avalia ela.

Para além do dia 8

Nas intervenções ao longo da caminhada, ficaram patentes as necessidades da política públicas e investi-



Bandeira coletiva traz contribuições plurais das participantes

mento - especialmente na área de direitos da mulher, combate a fome, vulnerabilidade e miserabilidade.

"Estiveram muito presente nas falas o feminicídio e as múltiplas violências que as mulheres vem sofrendo" relembra a manifestante.

Também foram recordadas questões de acesso à moradia e o caso da fraude em exames de prevenção de colo do útero, escândalo que eclodiu durante a gestão Eduardo Leite. A suspeita era de que somente cinco a cada 500 amostras do material coletado e enviado ao laboratório eram de fato analisadas. O inquérito foi arquivado pelo Ministério Público, mas não

esquecido pela população.

"Ao longo do dia tivemos momentos de parar e partilhar performances e falas belíssimas que mostram que estas mulheres estão preparadas para serem combativas o ano todo", declara Francisca.

A mesma impressão é compartilhada por Celeste Pereira, da diretoria da ADUFPEL, que refletiu sobre a importância da articulação. "Foi um dia poderoso. Manifestamos nossas opiniões, gritamos pela vida e demarcamos nossa luta contra a retirada de direitos. Para além disso, deixamos evidente a importância de estarmos organizadas e dispostas para todos os

enfrentamentos, que não se encerram no dia 8".

Violência contra a mulher

A pandemia também tem contribuído para o aumento de casos de violência doméstica. De acordo com dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a violência contra a mulher voltou a crescer no país após dois anos de queda.

Durante a pandemia do novo coronavírus, houve um aumento de feminicídios, chegando a 648 casos no primeiro semestre de 2020, 2% a mais que em 2019. Além disso, houve um aumento de 3,8% dos acionamentos feitos às polícias militares em

casos de violência doméstica, tendo sido registrados no primeiro semestre 147,4 mil chamados.

No Rio Grande do Sul, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do estado, somente em janeiro de 2022 ocorreram 10 feminicídios consumados em 20 tentativas, além de 149 estupros. Em 2021, mesmo com subnotificações, os dados foram alarmantes: 32.444 mulheres foram ameaçadas, 18.042 sofreram lesão corporal, ocorreram 2.148 estupros, 260 tentativas de feminicídio e 96 casos consumados - um número superior ao de 2020 quando cerca de 70 mulheres foram assassinadas..





Créditos: Pedro Vilela/Getty Images

Pandemia agrava índices de insegurança alimentar

Se a pestilência insiste em cercar nossos lares, nestes tempos pandêmicos um outro mal - nunca verdadeiramente erradicado - tornou a bater na porta dos brasileiros: a fome. Segundo dados de um [inquérito nacional](#) realizado em dezembro de 2020, cerca de 55% dos brasileiros conviviam com algum nível de insegurança alimentar durante o primeiro ano da pandemia. No nível grave, são 9%.

Talvez a porcentagem seja insuficiente para dar a dimensão do problema, mas são 19 milhões de brasileiros em estado de fome e outros 43 milhões convivendo diariamente com a incerteza de que haverá algo para colocar na mesa. Não é sem motivo que, de lá para cá, a situação só degradingou.

O desemprego galopante, aliado aos altos índices de

inflação mudou o prato do brasileiro ao ponto de que o que antes era refugio para os bichos hoje se torna comida de gente. Na mídia, ao longo de todo 2021, encontramos matérias sobre os abusos na cobrança do quilo do osso de descarte. No Distrito Federal a situação foi tamanha que o Procon precisou agir, alegando princípio de dignidade. Os ossos deveriam ser doados, não vendidos.

Escala

O inquérito acima mencionado, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, segue uma metodologia já estabelecida; a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA. Nela, os sujeitos são investigados tendo em vista sempre a experiência de fome nos últimos três meses.

Os valores são pontuados a partir de uma espécie de questionário: nos últimos meses, você já se preocupou que os alimentos acabassem antes de poder comprar ou receber mais comida? Deixou de fazer alguma refeição por falta de dinheiro? Preteriu ali-

mentos saudáveis por falta de verba? São todos indicadores que ajudam a dar forma ao panorama estudado.

Ao utilizarem a escala, os pesquisadores puderam recorrer aos mesmos indicadores levantados em estudos anteriores - fornecendo a dimensão mais precisa do problema em que estamos envolvidos.

As observações são pre-

ocupantes: se a insegurança alimentar regrediu amplamente até 2013, os números coletados mais de quinze anos depois mostram uma regressão aos mesmos patamares de 2004, quando as medições com o indicativo começaram.

Em 2020 a insegurança alimentar no Brasil regrediu ao seu pior valor desde 2004, quando a medição foi iniciada.

Pelotas

Na cidade de Pelotas, também houve iniciativas para compreender os níveis de insegurança alimentar entre os moradores. Exemplo disso foi a pesquisa realizada em 2008, pela professora da UFPel Janaína dos Santos Mota, docente do Programa de Pós-Graduação em Epidemiologia. Em sua dissertação de mestrado, Janaína

inquiriu cerca de 1500 domicílios. Neles, a prevalência da insegurança alimentar entre as famílias foi de 11%, sendo que 3% em estágio de fome.

Anos depois a mestranda da UFPel Eloísa Porciúncula buscava comparar as descobertas em 2019. O estudo pretendia elaborar um retrato da situação de toda a cidade, e ela já havia entrevistado mais de 400 domicílios quando a pandemia veio e mudou tudo.

Para continuar a investigação diante do cenário pandêmico, em que o distanciamento social se tornou uma preocupação urgente, Eloísa recorreu a chamadas por telefone e whatsapp. Por certo que a adesão não foi a mesma, o que gerou distorção nos dados. Ainda assim, para todas as famílias em que foi possível esse contato via telefone, em cinco de cada 100 domicílios houve relato de fome durante a pandemia.

Segundo a pesquisadora, há características comuns entre as famílias vivendo em insegurança alimentar e,

portanto, esses grupos não podem ser negligenciados pelos gestores públicos e podem, inclusive, ser o ponto de partida para a construção de políticas visando a redução desta situação na cidade.

Por meio do comparativo de dados, foi possível para Eloísa perceber quem é essa pessoa em insegurança. Os números eram mais graves nos casos em que a chefe da família era mulher, negra ou parda, com menos de 4 anos de estudo. Outro detalhe que não deixa de chamar atenção: 44% das pessoas em situação de insegurança alimentar eram obesas.

A explicação se desdobra em um entendimento mais complexo do tema. Fome é o aspecto mais grave da insegurança alimentar, por certo, mas os estágios anteriores também dizem respeito à qualidade da dieta. Em entrevista ao podcast Viração,

da ADUFPel, Janaína dos Santos Mota ajuda a compreender este dado.

"Quando a pessoa não tem dinheiro para realizar as refeições adequadas, muitas vezes acaba preferindo comprar alimentos ultraprocessados que são mais baratos, estragam menos e com maior aporte calórico - na ilusão de que aquilo lhe traga mais saciedade", elucidada.

Nessa mudança da dieta que o índice de pessoas obesas se prova mais elevado.

Entraves

Logo no início da pandemia, Janaína Mota aprovou um projeto junto à Fapergs, a Fundação de Amparo à pesquisa do Estado, para tratar de inspirada em um projeto chamado Vigitel, que se propõe a fazer a vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas. O "tel", do nome, se deve a metodologia: há uma

década que o estudo é feito por inquérito telefônico.

A partir do mesmo fundamento surgiu a Covidtel Gaúcho, uma pesquisa em várias etapas que buscava averiguar medidas de proteção individual, prevalência de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (fatores de risco para complicações por Covid-19), estilo de vida e, claro, insegurança alimentar. No entanto, o trabalho não correu como o esperado.

"Nós não contávamos que os principais golpes durante a pandemia eram justamente feitos por telefone e whatsapp", recorda Janaína. A população não apenas se mostrava receosa de responder aos entrevistadores, como também passaram a denunciar massivamente as contas de telefone criadas para esta finalidade. A expectativa era fazer 1900 entrevistas e foram feitas apenas 741.

O trabalho, como não podia deixar de ser, continua.



Créditos: Adobe Stock

Créditos: Arquivo ADUFPel

40º
CONGRESSO do
ANDES-SN

A VIDA ACIMA
DOS LUCROS:
ANDES-SN 40 ANOS DE LUTA!

27.3 a 01.4/2022
PORTO ALEGRE / RS

ANDES
DOCENTES
UFRGS

ANDES
SINDICATO NACIONAL
CEP - CONLUTA

ANDES-SN retoma realização de Congressos presenciais

Entre os dias 27 de março e 1º de abril acontece o primeiro evento deliberativo presencial do ANDES-SN desde o início da pandemia de Covid-19. O 40º Congresso da entidade terá como tema central "A vida acima dos lucros: ANDES-SN 40 anos de luta!" e será realizado em Porto Alegre/RS, sob a organização da Seção Sindical do ANDES-SN na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A realização da 40ª edição em formato presencial no 1º trimestre de 2022 foi deliberada durante o 12º Conad Extraordinário, em julho de 2021. Na ocasião, a maioria dos delegados e das delegadas votou para que o Congresso acontecesse presencialmente no início do ano, caso as condições sanitárias estivessem favoráveis. Já a cidade de Porto Alegre foi es-

colhida como sede durante o 39º Congresso, ocorrido em São Paulo em fevereiro de 2020.

O último encontro presencial da instância máxima deliberativa do ANDES-SN, aconteceu em fevereiro de 2020, antes do início da pandemia. Desde então, ocorreram reuniões extraordinárias conjunta dos setores Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) e das Estaduais e Municipais de Ensino (Iees/Imes) e Conads extraordinários, de forma remota, para manter as atividades da entidade e debater a conjuntura, políticas organizativa e financeira e atualização do plano de lutas.

Preparativos

Os preparativos para o evento começaram em novembro de 2021, quando a comissão organizadora do

40º Congresso Nacional se reuniu, na primeira quinzena do mês, na cidade de Porto Alegre (RS). Integrantes da diretoria nacional, da Regional Rio Grande do Sul e trabalhadoras do Sindicato Nacional foram até a capital gaúcha para um encontro com a comissão local composta por representantes da Seção Sindical do ANDES/UFRGS.

No momento da visita à UFRGS, a presidenta do Sindicato Nacional, Rivânia Moura, avaliou o lugar e a disposição das pessoas envolvidas na organização. "Estivemos na Faculdade de Educação, onde fomos recebidos pela diretora da faculdade. O local vai ser um espaço bastante utilizado durante o Congresso, principalmente para a realização dos nossos grupos de trabalho. Pudemos também re-

ceber a acolhida da equipe local e perceber a vontade e disposição para realização do Congresso, para que possamos fazer deste um grande momento de reencontro da nossa categoria e de fortalecimento do nosso sindicato e das nossas lutas".

Delegação da ADUFPel

Em Assembleia Geral Permanente da ADUFPel, realizada no dia 24 de fevereiro de 2022, também foram escolhidos os professores e professoras que representarão a Seção Sindical Congresso. Serão nove delegados/as: Regiana Wille (indicada pela diretoria), Celeste Pereira, Elaine Neves, Luiz Henrique Schuch, Diogo Rios, Valdelaine Mendes, Adhemar Lourenço, Luiz Carlos Rigo e Francisco Vitória.

